

Boletim Evoliano

Uma única coisa deve importar ao Homem: permanecer de pé entre as ruínas.

Neste número:

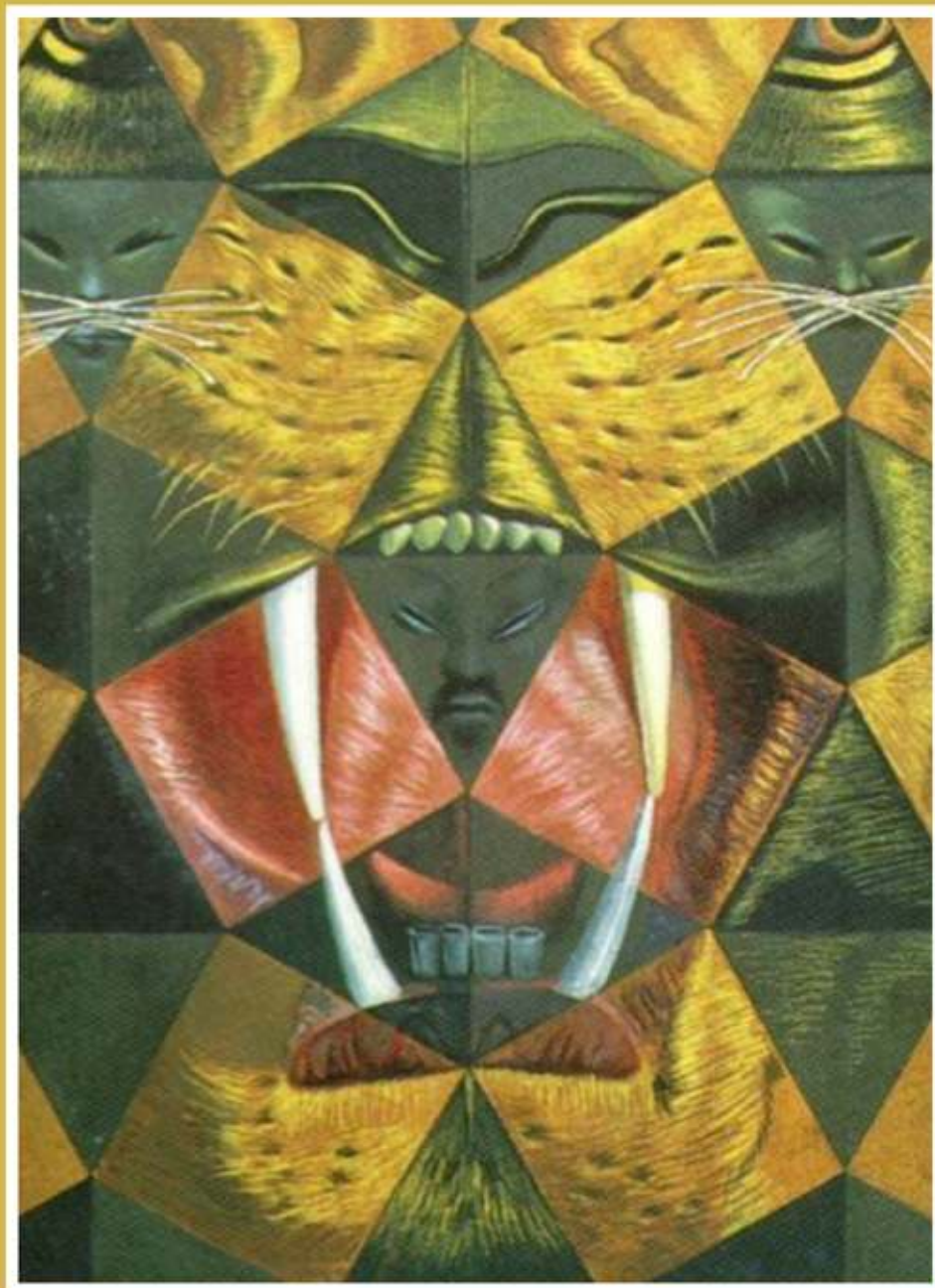
Marcos Ghio
(Biografia)

O exército e
a obediência

Civilização
americana

Símbolos da
Tradição: O Treze
e o Eleito

Virilidade Espiritual
(Máximas Clássicas)



CAVALGAR O TIGRE

#05
SET. - DEZ. '08

Editorial

Escrevemos recentemente o texto que se segue, não com a intenção de o publicar como editorial deste Boletim, mas dada a pertinência dos temas agora tratados, decidimos inclui-lo.

Várias são as histórias de coragem, honra e fidelidade que nos habituamos a ler e a escutar. Por vezes identificamo-nos com essas personagens heróicas que em prol de uma causa ou na entrega incondicional a um chefe, cometeram verdadeiros actos de sacrifício e louvor. Acompanhadas destas narrativas, outras escutamos em que o, aparentemente, mais fiel camarada viria na hora da verdade a cometer o ignóbil acto da traição.

Traidores ao longo da história foram muitos e variados, de soldados a generais, de amigos a irmãos. Todos os povos tiveram os seus heróis e os seus traidores e eles foram servindo de exemplo na formação dos jovens da nação.

Não se pense que os actos de traição são mais fáceis de cometer do que as provas inequívocas de fidelidade. É difícil ser traidor; quando a traição é consciente, o seu autor sofre porque sabe que vai prejudicar ao renegar o juramento, o compromisso livremente assumido. Esta traição não é leviana, popularucha, de amiguismo primário. Esta traição a que nos referimos é realmente difícil de praticar. Só um homem com capacidade para actos valerosos é capaz de cometer este tipo de traição. É aquele homem que sabe que a partir daí a sua vida jamais será igual, como alguém a quem lhe amputaram os membros e lhe arrancaram a língua ou lhe queimaram os olhos. E esse homem no entanto teve a coragem de trair, fazendo por ventura a opção mais difícil da sua vida: traiu e conscientemente está preparado para a eterna penitência. Respeitemos portanto este tipo de traidor.

Poderíamos falar do outro tipo de traidor: o vulgar, o covarde, o habitual, o estúpido, o que não causa admiração na prática do acto, mas a elevação a que nos propomos leva-nos a rejeitar tal abordagem.

Uma outra personagem idêntica ao traidor é o desertor, aquele que abandona a luta, que foge e que geralmente parece encontrar uma nova alegria na sua vida. Mas não será porventura esta uma das atitudes que define um desertor, a alegria de abandonar os seus?

Falamos agora de Homens e para Homens:

A espinha dorsal da Legião é, como em qualquer exército, a autoridade e a disciplina. Perder estes pilares essenciais é deixar de ser milícia e a milícia tem por lema eterno: a minha honra é a minha fidelidade! Só aceitando estas palavras como fazendo parte da sua alma é que o legionário adquire um carácter autêntico que é espelhado em qualquer acto praticado. O legionário apresenta-se assim quase como monge, ascético, impessoal, pronto a cumprir com o seu dever e ser escravo da palavra dada, sacrificando os seus interesses pessoais em prol da comunidade, da Ordem.

Homem exemplo, vertical, extraordinário, que, embora difícil de encontrar, depois de avistado apresenta-se como estrela polar.

A vulgar condição de humanóide que vive os seus ciclos de férias em férias já foi ultrapassada. O legionário acompanha a roda da vida e vive de solstício em equinócio e de equinócio em solstício, porque é nestas datas que, em comunhão com os seus camaradas, festeja os vivos e homenageia os mortos. Os mártires e heróis que não claudicaram, que lutaram, que ganharam ou perderam, mas sobretudo não traíram.

A Honra é nossa Pátria a Fidelidade nossa Mãe!
AVÉ!



Capa: pormenor do quadro «Cinquenta imágenes abstractas que, contempladas a una distancia de dos yardas, se transforman en tres Lenin disfrazados de chino y, contempladas a una distancia de seis yardas, parecen la cabeza de un tigre real», de Salvador Dali.

ÍNDICE

Editorial	2
Biografia - Marcos Ghio	3
O exército e a obediência	5
Civilização americana	8
Cavalgar o Tigre	11
O Treze e o Eleito	16
Virilidade Espiritual - Máximas Clássicas	18

FICHA TÉCNICA

Número 5

3º quadrimestre 2008

Publicação quadrimestral

Internet:

www.boletimevoliano.pt.vu

Contacto:

boletimevoliano@gmail.com

Biografia

Marcos Ghio

Marcos Ghio cursou Filosofia, sendo docente na Universidade de Buenos Aires entre 1975 e 1978. Em 1979, desgostado com o rumo dos acontecimentos que o país tomava e com a orientação dogmática assumida pela Faculdade de Filosofia e Letras, da qual era docente, emigrou para a Patagônia, radicando-se na localidade de El Bolsón (Rio Negro). Aí fundou um professorado de Ensino Primário a cargo da Ordem dos Franciscano Descalços em que se empenhou até 1982, ano em que entrou em conflito com dita congregação religiosa, de orientação Terceiro-Mundista, na medida em que a mesma se opunha à gesta das Malvinas e se enquadrava entre os sectores mais derrotistas e pacifistas do clero católico. A visita do Papa João Paulo II à Argentina, instando à rendição nessa guerra, seria apenas o coroar de tal atitude.

Por esta altura começa a colaborar em publicações do nacionalismo católico, como as revistas *Verbo* e *Cabildo*. Em 1985, já radicado na localidade de Cipolletti, participa, juntamente com um grupo de patriotas, na fundação do periódico *El Fortín*, encarregue de denunciar as tentativas separatistas que se estavam a gerar na Patagônia. Estas tentativas passavam, em primeiro lugar, pela provincialização dos recursos energéticos da Argentina, o que veio a acontecer em 1994, com a reforma da Constituição Nacional aprovada pelos dois partidos majoritários.

É também neste ano que toma conhecimento da obra de Julius Evola, que será fundamental na sua posterior formação. Na década de 90 toma a seu cargo a direcção do *El Fortín*, sendo director de uma escola secundária.

No ano da reforma constitucional sofrerá uma perseguição jornalística regional e nacional, sendo falsamente acusado de reivindicar



“a matança de 30.000 pessoas”. Obrigado a defender-se judicialmente de tal acusação de apologia de delito, dada a sua condição de funcionário público, foi considerado inocente mas, numa incrível sentença, conhecida como “sentença Aldana” (nome do juiz), condenado a pagar as custas judiciais, já que “o pai que o acusava (ativista de esquerda) tinha acreditado naquilo que o filho lhe dizia”.

Dita condenação teve como consequência a confiscação de todo o seu património. No entanto, após uma longa luta judicial de seis anos, conseguiu a anulação dessa sentença e a condenação do caluniador. Não obstante, nunca chegou a ser readmitido nas suas anteriores funções.

Radicado em Buenos Aires, dedicou-se a partir de 1994 a traduzir a obra de Julius Evola, tendo já editados cerca de 30 textos. Ainda assim, nessa mesma data e após romper todos os laços com o nacionalismo católico, que responsabilizou pelas falhadas revoltas carapintadas¹ e pelo apoio ao

governo de Menem, voltou a editar *El Fortín*, que transformou em órgão de expressão do *tradicionalismo alternativo*. Fundou também o Centro de Estudo Evolianos do qual é actualmente presidente. Em 1995 a sua publicação foi acusada pelo embaixador de Israel e pela *Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas* (DAIA), que tentavam encontrar os ideólogos dos atentados contra o edifício da *Asociación Mutual Israelita Argentina* (AMIA), de violar a lei anti-discriminação contra a sua colectividade. O procurador Stornelli, encarregue de tal investigação, após sequestrar exemplares do *El Fortín* de uma livraria, atribuiu a análise dos mesmos a três peritos, dois dos quais de origem judia, sendo o terceiro responsável pela cátedra Che Guevara da Universidade de Buenos Aires. Após dois anos de investigação os peritos foram forçados a reconhecer que apenas podiam encontrar nos exemplares sequestrados “preconceitos” mas não actos de “discriminação” como proibia a lei. Ainda assim, o procu-

rador pediu a detenção para interrogatório de Ghio e o seu julgamento, o que teve que ser descartado por os prazos legais terem sido ultrapassados. Graças a tal serviço efectuado a tão importante colectividade, o procurador Stornelli foi premiado com o cargo de ministro na província de Buenos Aires.

No entanto, os ataques contra si não cessaram. Em 2001, possivelmente devido à sua reivindicação das acções efectuadas no 11 de Setembro, o jornalista de *Página 12*, Raúl Kollmann, publicou um livro intitulado "Sombras de Hitler" no qual o reputava como o principal ideólogo e inspirador das acções efectuadas por grupos nazis que profanavam tumbas em cemitérios judeus. Além disso, acusou-o de, durante uma conferência (de que dizia possuir uma gravação), ter dito que a raça ariana derivava dos deuses enquanto que a judia derivava dos animais, dando assim um fundamento doutrinário aos profanadores. Levado perante a justiça para que provasse as acusações que fazia, o jornalista teve que reconhecer não possuir tal gravação. No entanto, devido à sua condição especial, deve ter conseguido uma importante modificação da Constituição Nacional, já que a mesma diz que todos são iguais perante a lei mas, segundo a nova "doutrina Christello" (nome do juiz), um jornalista não está obrigado a dizer a verdade como os restantes,

pelo que não tem necessidade de demonstrar o que diz. Ou seja, há alguns que são mais iguais que os outros.

Mas não foi atacado apenas pelo jornalista Kollman e pela DAIA, já que também o escritor *best-seller* Juan Sebreli, no seu livro "Crónica de las ideas políticas en la Argentina", o acusa de ter convencido os principais líderes nazis locais de serem a reencarnação de grandes figuras do passado, assim como de "prestar culto a Thor e aos deuses do Olimpo", entre outras barbaridades. Para além disto, o jornalista Sérgio Kiernan, também de *Página 12*, escreveu recentemente um livro intitulado "Historia de los delirios argentinos" no qual apresenta Ghio como um dos mais perigosos delirantes da Argentina, escrevendo expressamente no seu prólogo que pessoas como o aludido, em países normais, deveriam ser presas em ilhas para que não contaminassem o resto das pessoas, perturbando-as nos seus bons pensamentos.

Apesar de todos estes ataques e de outros por parte do Sistema, a actividade de Ghio não diminuiu minimamente e continuou a editar o *El Fortín* através da Internet, assim como múltiplos livros através das Ediciones Heracles. Além desta actividade, também colabora com a Agência de Notícias Kaliyuga, juntamente com o importante especialista Walter Preziosi

entre outros, difundindo notícias relativas à guerra de civilizações que se desenvolve actualmente no Iraque, Afeganistão, Paquistão, Somália, Cáucaso e Magreb, rompendo assim com a conspiração de silêncio que existe a respeito de tal facto fundamental.

Entre 1985 e a actualidade publicou as seguintes obras da sua autoria²:

Los ciclos de la decadencia argentina;

El espíritu legionario;

Julius Evola en el mundo de habla hispana;

El rito y la guerra;

La Argentina y el Grial;

Rebelión fundamentalista;

En la era del paria;

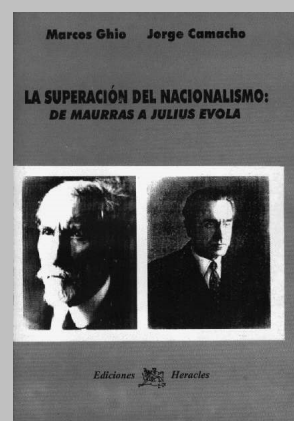
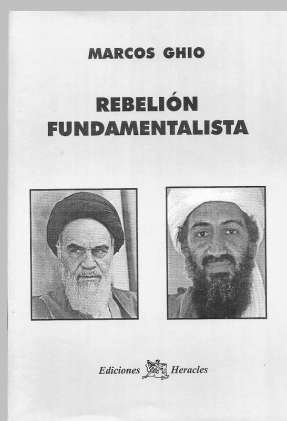
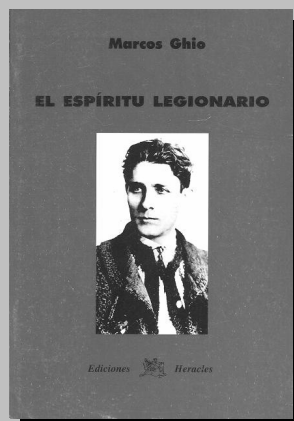
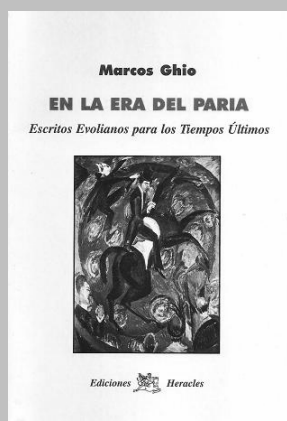
La superación del nacionalismo (em conjunto com Jorge Camacho);

El héroe y la magia (em conjunto com Francisco García Bazán).

1. A expressão "revoltas carapintadas" refere-se a um conjunto de levantamentos militares ocorridos entre 1987 e 1990, levados a cabo por elementos nacionalistas das forças armadas argentinas. A expressão carapintada refere-se à pintura de camuflagem usada pelos militares.

2. Estes textos, bem como as traduções das obras de Julius Evola publicadas pelas Ediciones Heracles, podem ser obtidos através da página de Internet do Centro de Estudos Evolianos (www.geocities.com/Athens/Troy/1856) ou <http://groups.msn.com/CentroEvoliano>, bem como através da Editorial Retorno (www.editorialretorno.com) e da Libreria Europa (www.libreriaeuropa.es), ambas de Espanha.

Capas de alguns dos livros de Marcos Ghio



Doutrina

O exército e a obediência

Julius Evola*

É possível pensar que, hoje em dia, o exército seja a única instituição na qual ainda se conservam alguns dos valores superiores pertencentes a um mundo já passado, os quais, como consequência do advento da sociedade burguesa e democrática, se encontram em vias de dissolução. Assim, não é de admirar que, em simultâneo com o “progresso”, se rejeitem desde vários sectores e de múltiplas maneiras os princípios fundamentais e o espírito que constituem o fundamento do exército.

Aquilo que na ética da honra e do dever do soldado parecia até ontem ser algo claro e natural, é hoje em dia posto em discussão, sendo a opinião pública influenciada por todos os modos, por meio de escritos, filmes e novelas. Assim, vemos que enquanto por um lado se avança na pretensão e na ideologia dos chamados “objectores de consciência”, com um fundo humanitário-pacifista e derrotista, por outro impugna-se abertamente o princípio da disciplina e da obediência militar. Pretende-se que o soldado não tenha já que obedecer simplesmente e cumprir impessoalmente o seu dever, mas sim que tenha o direito de discutir, de julgar o que manda, de sustentar um critério próprio individual acima da autoridade à qual se encontra submetido.

Tal como se sabe, foi com base neste último ponto que se sustentou a famosa *ideologia de Nuremberga*, desta macabra farsa jurídica sem precedentes, misto de hipocrisia, de prepotência e de fanatismo. O vencedor, em vez de respeitar o adversário desfavorecido pela sorte das armas, tal como sempre foi o

código de honra das melhores tradições militares, transformou-se num juiz, arrogando-se uma autoridade que transcende a de qualquer Estado, pretendendo assim fazer valer inclusivamente retrospectivamente e para toda a humanidade os seus próprios ditames. Foi assim que se fabricou e impôs um código dos denominados deveres humanos que todo o soldado estaria obrigado a seguir acima de tudo, tendo não o direito mas sim o dever de não obedecer e de rebelar-se quando considerasse, segundo o seu critério pessoal, que tal era justificado.

Naturalmente que isto significa destruir o princípio de qualquer autoridade e de qualquer disciplina e privar o exército da sua espinha dorsal. Com muita razão se assinalou a relação existente entre tal ideologia e o protestantismo anglo-saxão, dado que a primeira reflecte tudo o que foi próprio, no campo religioso, da Reforma: com o pro-

testantismo o sujeito rejeita a autoridade positiva da Igreja, constituindo a própria consciência de indivíduo como juiz supremo em matéria de fé, presumindo poder estar inspirado directamente pelo alto. Naturalmente que a anarquia das diferentes seitas e confissões contrastantes e rivais foi, na área protestante, a consequência de tudo isto. No caso do soldado, de acordo com a *ideologia de Nuremberga*, temos algo de semelhante. Mais propriamente regressa também o denominado *jusnaturalismo*, a oposição entre o “direito natural” e o “direito positivo”, imaginando para o primeiro um conjunto de valores que seriam evidentes em si mesmos, reconhecidos por parte de todo o género humano, e que teriam um carácter verdadeiramente moral e até divino, enquanto



“Todos os valores de honra, de lealdade e de disciplina da profissão militar aparecem claros e óbvios no clima de um Estado monárquico e dinástico, não só porque o soberano como chefe supremo do mesmo tinha uma ligação directa, viva e pessoal com as forças armadas, sendo o primeiro entre os soldados, mas também porque a soberania estava encarnada em algo estável, contínuo, subtraído às ideologias e aos interesses particulares.”

que o direito positivo seria apenas criado ocasionalmente pelo homem e pelos Estados, ficando privado de qualquer validade moral intrínseca.

Não é necessário dizer que isto não passa de mera ficção, posto que o suposto direito natural não foi nunca demonstrado por ninguém e precisado em termos unívocos: os seus princípios aparecem como mutáveis, variam de acordo com os povos e as épocas. Basta mencionar que no mundo antigo o “direito natural” aceitava a escravidão que o “direito natural” dos tempos seguintes rejeitou com horror.

O mesmo se pode dizer a respeito destes supostos valores “humanos” da *ideologia de Nuremberga* em nome dos quais o soldado e o oficial teriam eventualmente o dever de não obedecer, de rebelar-se, de trair. De tudo isto apenas pode resultar como consequência o arbítrio e a anarquia. Na verdade, o ténue verniz jurídico e humanitário deixa-nos perceber facilmente que na realidade se trata de difundir um perigosíssimo fermento de desmoralização, já que todos os soldados e oficiais que tenham aprendido a lição de Nuremberga (pode até vir a acontecer um dia com os vencedores de ontem) devem prestar muita atenção, pois em caso de derrota podem esperar ser detidos como criminosos e julgados perante um burlesco tribunal estrangeiro dos vencedores, que julga em função de um conceito de “humanidade” fixado por sua própria conta.

Mas prescindindo destas absurdidades, que além da hipocrisia apresentam um certo valor sintomático, deve-se reconhecer em geral a crise a que a ética e as tradições militares são expostas através do transformismo dos sistemas políticos. Pode dizer-se que a moral principal do soldado se resume na antiga máxima do *Sachsenspiegel*: “A minha honra é a minha fidelidade”. A expressão mais típica de tal orientação tivemos-la, até há pouco, na tradição prussiana, com o seu carácter quase ascético de uma disciplina severa e impessoal: tão firme que se pôde dizer que o oficial que tinha jurado sobre a sua bandeira e sobre o seu soberano já não pertencia a si próprio, da mesma maneira que o monge que fez o voto de obediência. Não por acaso no mundo feudal a fidelidade teve o valor de um sacramento: *sacramentum fidelitatis*. Não sem uma certa relação com tudo isto, mais recentemente foi afirmado o princípio da apoliticidade ou neutralidade do exército: o soldado enquanto tal não deve ter ideias políticas; deve simplesmente servir o Estado enquanto Estado (é claro que aqui se prescinde das conjunturas extraordinárias nas quais se impõem regimes militares).

Mas obviamente que tudo isto pressupõe uma base firme, algo estável e superior, ou seja, o Estado segundo o seu conceito tradicional. Todos os valores de honra, de lealdade e de disciplina da profissão militar aparecem claros e óbvios no clima de um Estado

monárquico e dinástico, não só porque o soberano como chefe supremo do mesmo tinha uma ligação directa, viva e pessoal com as forças armadas, sendo o primeiro entre os soldados, mas também porque a soberania estava encarnada em algo estável, contínuo, subtraído às ideologias e aos interesses particulares. O ocaso do Estado tradicional devido à revolução burguesa do Terceiro Estado e ao sistema parlamentar não pôde deixar de implicar também um princípio latente de incerteza para a própria ética militar.

De facto, nos Estados “modernos”, nos novos sistemas democráticos, na cúspide do Estado encontra-se o elemento “civil”, “burguês” ou como se queira chamar. É este elemento que governa, e é ele que faz a “política” seguindo a linha imposta pelas conjunturas parlamentares e pelos partidos, pelos humores de um eleitorado massificado e em maior ou menor medida manobrado por influências obscuras. O chefe do Estado é um ou outro tipo sem um nome e sem uma tradição, sem um especial carisma, é simplesmente um “funcionário” que ocupa um escritório durante um tempo limitado. Assim, o vértice, o centro natural de gravitação, deixa de existir. Encontramo-nos num clima de contingência e mutabilidade, isto é, o exacto oposto daquilo que é o Estado, que como o próprio nome indica é algo de estável. E o exército encontra-se de certo modo desorientado; já não vê reflectir-se no plano superior, político, aqueles princípios de autoridade e de hierarquia que lhe são intrínsecos; transforma-se num instrumento de burgueses politiquinhos, que o usam em casos de “infeliz necessidade”, posto que a democratização do Estado coloca-lhe como contraparte justamente a ideologia humanitária, a qual tem muito pouca simpatia pelos valores guerreiros; às virtudes heróicas e viris ela tende a opor as virtudes “cívicas” da vida pacífica e hedonista, com

“as artes e as ciências”, as conquistas sociais e materiais em primeiro plano quais expressões da “verdadeira” civilização. Cada vez mais se recorre à retórica da “defesa da Pátria” e coisas similares, envergonhando-se de falar da guerra de outra maneira que não seja como defesa de uma agressão. Relacionado com isto deve notar-se a significativa mudança que ocorreu em Itália com a troca da designação do Ministério da Guerra pela de Ministério da Defesa, crendo talvez na eficácia mágica desta designação posto que, evidentemente, se todos se “defendessem” e ninguém atacasse, a guerra desapareceria de forma automática no mundo inteiro, o que por outro lado significa uma simples utopia pois não só as guerras não desapareceram como se tornaram cada vez mais encarniçadas e sanguinárias.

Aparte as mais recentes ideologias contrárias ao exército, até chegar às objecções de consciência, o solo permanece minado justamente por causa de tal sistema, e deve-se reconhecer que lamentavelmente depois de tais modificações a situação para o exército, para o oficial e para o soldado, deixou de ser clara e evidente como o era noutros tempos. Como consequência da inexistência de quem encarne o vértice estável do Estado como soberano e alto expoente de uma verdadeira, superior e inobjectável autoridade, vinculado organicamente com o exército, antes que com qualquer outra instituição ou corpo, criou-se portanto um vazio em lugar daquele vértice nos regimes de tipo burguês e democrático, podendo produzir-se fenómenos lamentáveis. Um deles é a emancipação anárquica do próprio exército, como nos múltiplos casos de “pronunciamentos” ou “golpes”



Vittorio Emanuele III, rei de Itália, colocou muitos militares italianos perante um grave dilema, ao passar-se para o lado dos Aliados durante a II Guerra Mundial

recorrentes por parte de generais ou outros chefes militares, que realizam efêmeras revoluções sem conseguir criar uma ordem nova, tal como sucede geralmente na América Latina (tal como já se mencionou, a excepção ocorre quando se impõe um regime militar em situações de emergência).

Mas na situação mencionada podem também apresentar-se casos nos quais o princípio de fidelidade jurada transforma-se em problemático por razões sumamente diferentes das derrotistas e anárquicas atrás mencionadas. Um destes casos ocorre quando, no alto, na esfera puramente política, se cai na traição. A fidelidade não pode pois não ser posta em discussão por parte de quem obedece quando aquele que deveria ser exemplo de fidelidade e de honra falha. Assim, partes do exército francês consideraram-se livres do vínculo de fidelidade militar a De Gaulle quando este se afastou dos

princípios no caso da sublevação de Argel. Algo de análogo aconteceu entre nós de modo muito claro.¹

No entanto é claro que se trata aqui de casos limite. Os mesmos não podem ser sustentados por parte de quem pretende minar as bases sobre as quais se apoia a consistência do exército e a sua melhor tradição: ou em nome de uma ideologia deletéria, ou também, em muitos outros casos, actuando em razão de fins subversivos precisos mas não declarados.

Com efeito, se nos referimos a Itália, se bem que a tradição militar italiana não tenha raízes tão profundas como as que tiveram outras nações em razão de uma mais longa história e de uma mais adequada estrutura política, o exército é a única força com que talvez se possa contar, sobre a qual talvez seja possível

apoiar-se em eventuais horas decisivas. A dissolução democrática interna, a claudicação perante as forças da esquerda parece hoje ter em Itália um ritmo tal, que aquelas horas bem que poderão aproximar-se. E se as forças políticas de uma verdadeira Direita que ainda defendem um mais elevado ideal do Estado tivessem, naquele momento, que procurar um aliado, provavelmente poderiam encontrá-lo apenas no exército: num exército que resista às influências desagregadoras de que falamos e que restitua o antigo prestígio à profissão das armas.

* *Il Conciliatore*, Abril de 1973.

1. Refere-se aqui o acontecido com o governo italiano em 1943 quando o seu monarca traiu os compromissos acordados com o seu aliado, passando-se de maneira traiçoeira para o grupo dos inimigos. Em tal caso muitos militares italianos sentiram-se libertados do vínculo de fidelidade.

Crítica

Civilização americana

Julius Evola*

O recentemente falecido John Dewey¹ foi declarado pela imprensa norte-americana a figura mais representativa da civilização americana. Isto é bastante correcto. As suas teorias são representativas do conceito de homem e da vida que tem o americanismo e sua “democracia”.

A essência destas teorias é esta: todos podem converter-se no que quiserem, dentro dos limites marcados pelos meios tecnológicos disponíveis. Igualmente, uma pessoa não é o que dita a sua verdadeira natureza, porque não há diferenças reais entre as pessoas, só diferenças em qualificações. Segundo esta teoria todos podem ser como outra pessoa se souberem como formar a si mesmos.

Este é o ideal do “*self made man*”; numa sociedade que perdeu todo o sentido da tradição o ideal de engrandecimento individual estende-se a todos os aspectos da existência humana, reforçando a doutrina igualitária da democracia pura. Se aceitarmos tais ideias, então toda a diversidade natural tem que ser abandonada. Assim, cada pessoa pode presumir de possuir o mesmo potencial que outra e os termos superior e inferior perdem o seu significado, assim como toda a noção de distância e respeito, já que todos os estilos de vida estão abertos a todos. Frente a todas as concepções orgânicas da vida, os americanos opõem uma concepção mecanicista². Numa sociedade que “começou desde baixo”, tudo tem a característica de ser fabricado. Na sociedade americana as aparências são máscaras e não rostos. Ao mesmo tempo, os proponentes de “*American way of life*” são hostis ao ideal da personali-

dade.

A “abertura mental” dos americanos que às vezes é citada a seu favor, é simplesmente a outra face do seu vazio interior. O mesmo sucede com o seu individualismo. O individualismo e a personalidade não são a mesma coisa: o primeiro per-



tence ao mundo sem forma da quantidade, o outro ao mundo da qualidade, da diferença e hierarquia. Os americanos são a refutação vivente do axioma cartesiano “penso, logo existo”: os americanos não pensam, entretanto, existem. A mentalidade americana, pueril e primitiva, não tem uma forma característica e assim está aberta a todos os tipos de estandardização.

Numa civilização superior, como por exemplo, aquela dos indoeuropeus, o ser que carece de uma forma característica ou casta³ (no sentido original da palavra), é um pária. Neste aspecto, a América é uma sociedade de párias. Houve um papel para os párias: submeter-se a seres que têm forma e leis próprias

definidas. Entretanto, os párias modernos emanciparam-se e desejam exercer o seu domínio sobre todo o mundo.

Há uma ideia popular que sustenta que os Estados Unidos são uma nação jovem com um grande futuro pela frente. Assim, os defeitos americanos são descritos como “erros de juventude” ou “dores do crescimento”. Não é difícil observar como o mito do progresso teve uma grande influência em tal juízo de valor. Segundo a ideia de que tudo o que é novo é bom, a América teria um papel privilegiado entre as nações civilizadas. Os Estados Unidos intervieram na primeira guerra mundial como o defensor do “mundo civilizado” por excelência. A nação mais “evoluída” não só se viu com o direito, se não também com o dever de intervir nos destinos dos outros povos. Porém, a estrutura da história é cíclica⁴ e não evolutiva. A maioria das civilizações recentes não são necessariamente “superiores”. São na verdade senis e decadentes. Há uma correspondência entre

a etapa mais avançada de um ciclo histórico e a mais primitiva. A América é a etapa final da trajetória histórica da Europa moderna. René Guénon chamou à América de “o último Ocidente”, no sentido de que os Estados Unidos representam a *reductio ad absurdum* dos aspectos mais negativos e senis da civilização ocidental. O que na Europa existe de forma diluída é magnificado e concentrado nos Estados Unidos revelando-se como os sintomas da desintegração e de regressão cultural e humana. A mentalidade americana só pode ser interpretada como um exemplo de regressão, que se manifesta na sua incapacidade e incompreensão de toda a sensibilidade superior. A mente americana tem

“A mente americana tem horizontes limitados, reduzidos a tudo o que é imediato e simplista, com a consequência inevitável de que tudo o que existe é banalizado, reduzido e nivelado até que perca todo o seu carácter espiritual. (...) O americano típico, não tem dilemas nem complicações espirituais: é um conformista natural que se integra facilmente no resto do sistema sem rosto. A primitiva mentalidade americana só pode ser comparada a uma mentalidade infantil.”

horizontes limitados, reduzidos a tudo o que é imediato e simplista, com a consequência inevitável de que tudo o que existe é banalizado, reduzido e nivelado até que perca todo o seu carácter espiritual. A vida em sentido americano é inteiramente mecânica. O sentido do “eu” na América é reduzido inteiramente ao plano físico-material da existência. O americano típico, não tem dilemas nem complicações espirituais: é um conformista natural que se integra facilmente no resto do sistema sem rosto.

A primitiva mentalidade americana só pode ser comparada a uma mentalidade infantil. A mentalidade americana é característica de toda a sociedade regressiva.

A moralidade americana

É fictício o tão admirado *sex appeal* da mulher americana que é mostrado nos filmes e revistas. Uma recente investigação médica nos Estados Unidos, mostrou que 75% das jovens americanas carecem de uma forte sensibilidade sexual e que em vez de satisfazer a sua libido preferem buscar o prazer narcisista no exibicionismo, na vaidade do culto do corpo e na saúde no sentido estéril. As moças americanas não têm “problemas com o sexo”, são fáceis para o homem que vê o processo sexual como algo isolado e por consequência pouco interessante. Assim, por exemplo, após ser convidada a ver um filme ou a dançar, é positivo, segundo os costumes americanos, que uma moça se deixe beijar sem que tal acto signifique nada no plano sentimental. As mulheres americanas são frias, frígidas e materialistas. O homem que “tem algo” com uma moça americana obriga-se materialmente, financeira-

mente, com ela. A mulher concedeu-lhe um favor material. No divórcio a lei americana favorece majoritariamente a mulher. As mulheres americanas pedem o divórcio quando conseguem um candidato melhor. Na América, o matrimónio não é mais que uma relação monetária, uma forma de prostituição legal.

Os “nossos” melos de comunicação americanos

A americanização da Europa⁵ estende-se e torna-se cada vez mais evidente. Na Itália, é um fenómeno que se desenvolveu rapidamente nestes anos pós-guerra e que é considerado pela maioria das pessoas, se não de forma entusiasta, ao menos como algo natural. Faz algum tempo que escrevi que dos dois grandes perigos que confrontam a Europa – o americanismo e o comunismo – o primeiro era mais negativo. O comunismo só é um perigo pelas consequências repressivas que acompanhariam a imposição da ditadura do proletariado. Enquanto que a americanização se impõe por meio de infiltração gradual, que modifica as mentalidades e os costumes, e que parece inofensivo, mas realiza uma perversão e degradação contra a qual é impossível lutar directamente.

Os italianos são débeis para começar uma luta como esta. Ao esquecer a sua própria herança cultural, rapidamente vêem os Estados Unidos como uma espécie de guia no mundo. Qualquer um que deseja ser moderno tem que medir-se segundo o critério americano de vida. É triste ver uma nação europeia desvalorizar-se a si mesma. A actual veneração da América não tem nada que ver com o interesse cultural a respeito como outro povo vive. Ao contrário, o

servilismo perante os Estados Unidos tem implícita a ideia de que não há outra forma de vida aceitável que não a americana.

Os nossos programas de rádio americanizaram-se. Sem nenhum critério do que é superior ou inferior, só seguindo os temas da moda do momento e do que é considerado “aceitável” – ou seja, aceitável para o segmento mais americanizado do público, o qual também é o mais degenerado. O resto é simplesmente arrastado pela onda. O estilo de apresentação de rádio também se americanizou. “Quem depois de escutar um programa de rádio americano, não pode se não considerar que a única forma de escapar ao comunismo é americanizando-se?”. Estas não são palavras de um observador externo mas sim de um sociólogo norte-americano, James Burnham, professor na Universidade de Princeton. Tal juízo de parte de um americano deveria envergonhar os radialistas italianos.

Uma das consequências da “democracia” é a intoxicação da grande maioria da população, que não é capaz de discriminar e que quando não está guiada por um poder e um ideal, rapidamente perde todo o sentido de identidade.

A ordem industrial na América

Werner Sombart resumiu no seu estudo clássico sobre o capitalismo, o significado da última etapa do capitalismo no adágio “*Fiat producto, pareat homo*”. Assim, o capitalismo é um sistema em que o valor do homem é estimado segundo a quantidade de mercadoria que produza ou invente. As doutrinas socialistas nasceram como reacção à inumanidade deste sistema.

Uma nova fase inicia-se nos Estados Unidos, onde há um incremento do interesse nas chamadas relações laborais. Os empresários e os patrões acabaram por reconhecer a importância do “factor humano” numa economia produtiva, sendo um erro ignorar o indivíduo implicado na indústria: os seus motivos, os seus sentimentos, a sua vida no trabalho. Assim, pois, se desenvolveu toda uma escola que estuda as relações humanas na indústria, baseada no comportamentalismo. Estudos como *Human Relations in Industry* por B.

Gardner e G. Moore proporcionam uma análise esmiuçada do comportamento dos empregados e das suas motivações com o objectivo preciso de definir os melhores meios de fazer frente a todos os factores que possam obstaculizar a maximização da produção. As investigações sociológicas chegam até a analisar o ambiente social entre os empregados. Este tipo de estudos tem um objectivo prático: a manutenção da satisfação psicológica do empregado é tão importante como a física. Nos casos onde um trabalhador está vinculado a um trabalho monótono que não exige uma grande concentração, os estudos chamaram a atenção para o “perigo” do seu espírito se extraviar numa direcção que pode finalmente reflectir-se negativamente na sua atitude em relação ao trabalho.

As vidas privadas dos empregados não são esquecidas, por isso o aumento da denominada assessoria pessoal. Chamam-se especialistas para dissipar a ansiedade, as perturbações psicológicas e os “complexos” de não adaptação, até ao extremo de se dar conselhos relativos aos problemas mais pessoais. Utiliza-se muito a técnica psicanalítica para fazer “falar livremente” o indivíduo e pôr em destaque e relevo os resultados obtidos por esta “catarse”.

Nada disso busca a melhoria espiritual dos seres humanos ou a solução dos problemas verdadeiramente humanos, tal como os compreenderia um europeu nesta “idade da economia”. Do outro lado da cortina de ferro, o homem é tratado como uma besta de carga e a sua obediência é garantida pelo terror e pela fome. Nos Estados Unidos o homem é visto também como um factor de trabalho e consumo, cada factor da sua existência tem a mesma finalidade. No “país da liberdade”, por todos os meios de comunicação, é dito ao homem que alcançou um grau de felicidade inigualada. Convida-se a esquecer quem é, de onde veio, e simplesmente gozar o presente.

A “democracia” americana na indústria

Há uma contradição significativa e crescente nos Estados Unidos entre

os valores da ideologia política dominante e as estruturas efectivas da nação. Há muitos estudos consagrados à “morfologia do trabalho”. Os estudos corroboram a impressão de que a empresa americana está muito longe de ser uma organização que corresponda ao ideal democrático assinalado pela propaganda ameri-



cana. As empresas americanas têm uma estrutura “piramidal”. Constituem o cume de uma hierarquia articulada. As grandes empresas americanas são dirigidas da mesma maneira que os Ministérios governamentais e são organizadas segundo linhas similares. Têm corpos de coordenação e controlo que separam os dirigentes da empresa da massa dos empregados. Com o passar dos anos, a “elite gerencial” (Burnham) torna-se cada vez mais autocrática, sintonizando-se bem com a política externa americana.

É o fim de outra ilusão americana. América, “o país onde toda a gente tem a sua oportunidade”, onde todas as possibilidades existem para todo aquele que saiba aproveitá-las, um país onde cada um pode elevar-se da miséria à riqueza. No princípio havia uma “fronteira aberta” que poderia ser conquistada por todos. Aquela foi fechada e a próxima “fronteira aberta” era o céu, o potencial ilimitado da indústria e do comércio. Como Gardner, Moore e muitos outros mostraram, também alcançaram seus limites, e as oportunidades vão-se reduzindo. Pela especialização do trabalho, sempre cres-

cente no processo produtivo, e da insistência na valorização das “qualificações”, é evidente para os americanos que os seus filhos não chegarão mais longe do que eles. Assim, é que a democracia política dos Estados Unidos, a força e poder do país, ou seja, a indústria e a economia, são cada vez mais manifestamente anti-democráticos. O problema é então: a realidade deve adaptar-se à ideologia, ou vice-versa? Até uma data recente, exigia-se a solução antiga, ou seja, o retorno à “verdadeira América” igualitária da empresa sem obstáculos e do indivíduo emancipado de todo o controlo central. Entretanto, há também os que preferiram eliminar a democracia para poder adaptar a ideologia política à realidade comercial. Retirando-se a máscara da “democracia” americana, vê-se claramente até que ponto a “democracia” na América (e em outras partes) é somente o instrumento de uma oligarquia que utiliza um método de “acção indirecta”, garantindo-se a possibilidade de abusar e enganar a grande maioria daqueles que noutras circunstâncias aceitariam um sistema hierárquico porque é simplesmente o único que funciona. Este dilema da “democracia” nos Estados Unidos poderia um dia dar lugar a uma interessante evolução.

* Tradução e notas de Cesar Ranquetat Jr. (franquetat@yahoo.com.br).

1. Pensador americano defensor da escola pragmatista que afirma que algo é verdadeiro se tem alguma utilidade prática.

2. A concepção mecanicista de sociedade de origem liberal acredita que a ordem social é a soma de indivíduos isolados, sem vínculos com qualquer tradição e grupos sociais. O individualismo liberal se coaduna com o igualitarismo destruidor da diversidade natural existente entre os homens.

3. Todas as civilizações tradicionais eram organizadas hierarquicamente e organicamente, cada homem cumpria uma função específica que estava de acordo com a sua natureza mais profunda.

4. Os autores tradicionalistas e/ou perenialistas, (Guénon, Schuon, Burckhardt, Lings) partem de uma concepção cíclica do devir histórico, opondo-se assim a visão linear, evolutiva de origem judaico-cristã e posteriormente secularizada pelas ideologias modernas.

5. Americanização do mundo; o que Evola diz em relação à Europa vale para o mundo inteiro dominado pela cultura americana.

Doutrina

Cavalgar o Tigre

Julius Evola*

1. O Mundo Moderno e o Homem da Tradição

Nesta obra propomo-nos estudar alguns dos aspectos da época actual que fazem dela essencialmente uma época de dissolução e, ao mesmo tempo, abordar o problema do comportamento e das formas de existência que, numa situação como esta, se mostram apropriadas a um *determinado tipo de homem*.

Esta última restrição não deverá ser perdida de vista. O que se vai ler não diz respeito ao comum dos nossos contemporâneos mas unicamente ao homem que, ainda que comprometido com o mundo actual, inclusive nos seus aspectos mais problemáticos, não lhe pertence inte-

riormente nem contempla a possibilidade de lhe ceder, sentindo-se, na sua essência, pertencente a uma raça diferente da maior parte dos seus contemporâneos.

O lugar natural para tal homem, a terra onde ele não se sentiria um estrangeiro, é o Mundo da Tradição. Esta expressão tem aqui um carácter particular que já utilizamos noutras ocasiões, próximo das categorias utilizadas por René Guenon na sua análise da crise do Mundo Moderno. Segundo esta concepção, uma civilização ou uma sociedade são “tradicionais” quando são regidas por princípios que transcendem o que é meramente humano e individual, quando todas as suas formas lhe vêm do alto e estão inteiramente orientadas para o alto. Apesar da diversidade das suas formas históricas, o mundo da Tradição caracteriza-se por uma identidade e constância essenciais. Procurei, noutros trabalhos, precisar estes valores e as

categorias fundamentais e imutáveis que constituem a base de qualquer civilização, sociedade ou ordenamento da existência que se possa classificar de “normal” num sentido superior e dotado de real significado.

Tudo o que acabou por prevalecer no mundo moderno

representa a exacta antítese do tipo tradicional de civilização. Além do mais, as circunstâncias fazem com que seja cada vez mais improvável que alguém, partindo dos valores da Tradição (admitindo que ainda haja alguém capaz de os reconhecer e assumir), possa tomar acções ou reacções de alguma eficácia no sentido de modificar de uma forma apreciável o actual estado de coisas. Após as últimas convulsões mundiais não parecem existir as alavancas, quer para as nações quer para a grande maioria dos indivíduos, para uma acção deste género – nada nas instituições e condições gerais da sociedade, nem nas ideias, interesses e forças predominantes desta época.

Sem dúvida que existem ainda alguns homens que permanecem, por assim dizer, de pé entre as ruínas, no meio desta dissolução e que, mais ou menos conscientemente, pertencem a este outro mundo. Uma pequena tropa parece disposta a continuar o combate, mesmo que em posições perdidas. Desde que não se submeta, desde que não se comprometa ao ceder às seducções que condicionariam qualquer sucesso que pudesse alcançar, o seu testemunho é válido. Para outros, trata-se de se isolarem completamente, o que exige uma firmeza interior e condições materiais privilegiadas, hoje em dia cada vez mais raras. Em todo caso, esta é a segunda solução possível. Por fim, é necessário mencionar os escassos espíritos que no campo intelectual podem ainda afirmar valores “tradicionais” para além de fins imediatos, como que desenvolvendo uma acção de “retardamento”. Esta acção é certamente útil para impedir que a conjuntura actual obscureça por completo os horizontes, não só no plano material mas também no plano das ideias, não permitindo distinguir nenhuma outra escala de valores para além da que lhe é própria. Graças a estes homens, as “distâncias” podem ser mantidas: outras dimensões possí-



veis, outros significados da vida podem ser indicados àqueles capazes de distanciamento e de olhar além do aqui e agora.

Infelizmente isto não resolve o problema de ordem pessoal e prático que se coloca – excepto àqueles que têm a possibilidade de se afastarem materialmente – àqueles que não podem ou não querem cortar a ligação com a vida actual e que por isso devem resolver o problema da conduta a adoptar, nem que seja só no plano das reacções e relações humanas mais elementares.

Foi essencialmente a pensar neste tipo de homem que se escreveu a presente obra, e é a este homem que se aplica a máxima de um grande precursor: *“O deserto cresce. Desgraçado daquele que esconde desertos dentro de si.”* Não encontra, com efeito, nenhum apoio no exterior. As organizações e instituições que numa civilização tradicional lhe teriam servido de ponto de apoio e permitido a auto-realização, organizar de maneira clara e precisa a sua própria existência e defender e aplicar no seu meio os valores essenciais que reconhece interiormente, já não existem. Não convém, pois, continuar a apresentar-lhe linhas de acção que, adequadas e regulares numa civilização normal e tradicional não o são numa civilização anormal, num meio sócio, psíquico, intelectual e materialmente completamente diferente, num clima de dissolução geral, num sistema de desordem mal contida e, em todo o caso, desprovido de qualquer legitimidade superior. Daqui resulta uma série de problemas específicos que nos propomos estudar em seguida.

Existe um ponto importante que deve ser esclarecido desde o início em relação à atitude a adoptar no que diz respeito às “sobrevivências”. Existem ainda hoje, especialmente na Europa ocidental, hábitos, instituições e costumes do mundo de ontem (quer dizer, do mundo burguês) que apresentam uma certa persistência. De facto, quando hoje em dia se fala de crise, no fundo é da crise do mundo burguês do que se trata: são as bases da civilização e sociedade burguesa que sofrem esta crise, o objecto desta dissolução. *Não é a isto que chamo o mundo da Tradição.* O mundo que se desintegra social, política e culturalmente é

aquele que se formou a partir da Revolução do Terceiro Estado e da primeira revolução industrial, mesmo que tendo misturados em si alguns vestígios de uma ordem mais antiga, privados da sua vitalidade original.

Que tipo de relação pode existir entre este mundo e o tipo de homem que nos interessa? Esta questão é essencial, pois da resposta que se lhe der depende evidentemente o sentido a ser atribuído aos fenóme-

“O tipo de homem que tenho em mente não tem nada a ver com o mundo burguês. Ele deve considerar tudo o que é burguês como algo recente e anti-tradicional, nascido de processos negativos e subversivos.”

nos de crise e dissolução cada vez mais visíveis nos nossos dias, e a atitude a adoptar, tanto a seu respeito, como em respeito ao que não foi ainda completamente minado ou destruído por eles.

A resposta não pode ser senão negativa. *O tipo de homem que tenho em mente não tem nada a ver com o mundo burguês.* Ele deve considerar tudo o que é burguês como algo recente e anti-tradicional, nascido de processos negativos e subversivos. Em muitos casos podemos observar que os fenómenos actuais de crise são uma espécie de Nemesis ou efeito ricochete. Embora não possamos entrar aqui em detalhes, são precisamente as forças que, na sua altura, foram postas em marcha contra a antiga civilização tradicional europeia que se voltam agora contra aqueles que as evocaram, destruindo-os por sua vez e levando até uma fase mais avançada o processo geral de desintegração. Isto vê-se muito claramente, por exemplo, no plano socioeconómico, através das óbvias relações entre a revolução burguesa do Terceiro Estado e os movimentos socialistas e marxistas que seguiram; através da democracia e do

liberalismo por um lado e o socialismo por outro. A primeira revolução serviu simplesmente para abrir o caminho à segunda, sendo que estes últimos, tendo deixado a burguesia cumprir a sua função, não pensam senão em destruí-la.

Assim sendo, há uma solução que deve ser imediatamente colocada de parte: a solução daqueles que pretendem apoiar-se sobre o que resta do mundo burguês, defendendo-o e usando-o como bastião contra as correntes mais extremas de dissolução e subversão, mesmo que tenham tentado reanimar ou fortalecer estes vestígios com alguns valores mais elevados e tradicionais.

Em primeiro lugar e considerando a situação geral que se torna cada dia mais clara desde esses acontecimentos cruciais que foram as duas guerras mundiais e as suas repercussões, adoptar tal atitude seria criar ilusões quanto à existência de possibilidades materiais. As transformações já ocorridas são demasiado profundas para serem reversíveis. As forças já libertadas ou em vias de sê-lo, não são susceptíveis de serem reconfinadas nas estruturas do mundo de ontem. O simples facto das tentativas de reacção se terem referido apenas a estas estruturas desprovidas de qualquer tipo de legitimidade superior, tornou as forças da subversão mais vigorosas e agressivas. Em segundo lugar, tal via conduziria a um compromisso tão inadmissível sobre o plano ideal, como perigoso sobre o plano táctico. Como já disse, os valores tradicionais, como eu os entendo, não são os valores burgueses, mas sim a sua antítese. Assim, reconhecer qualquer validade a estas sobrevivências, associá-las de uma forma ou de outra aos valores tradicionais ou utilizá-las para o fim que acabamos de indicar, seria demonstrar uma pobre compreensão destes mesmos valores tradicionais ou diminuí-los e arrastá-los até uma deplorável e arriscada forma de compromisso. Digo “arriscada” pois ao associar ideias tradicionais às formas residuais da civilização burguesa estas tornar-se-iam alvo dos inevitáveis ataques – em alguns aspectos inevitáveis, legítimos e necessários – empreendidos contra esta civilização.

Somos assim obrigados a voltarmos para a solução oposta, mes-

mo que assim as coisas se tornem ainda mais difíceis e incorramos nou- tro tipo de risco. É positivo cortar to- dos os laços com o que está destina- do a desaparecer mais cedo ou mais tarde. O problema será então manter uma linha de direcção geral sem recorrer a nenhuma forma dada ou transmitida, incluindo formas auten- ticamente tradicionais mas que já pertencem à história. A este respeito, a continuidade só poderá ser manti- da num plano existencial, ou mais precisamente sob uma forma de orientação íntima do ser, para lá da maior liberdade externa possível. Tal como se exporá de maneira detalha- da a seguir, o apoio que a Tradição poderá trazer não se refere a estru- turas positivas, regulares e reconheci- das por uma civilização nascida dela, mas sim, e antes de tudo, à doutrina que contém os seus princípios ape- nas no seu estado pré-formal, ao mesmo tempo superior e anterior às formas particulares que se desenro- laram ao longo da história, doutrina que no passado não dizia respeito às massas, mas que tinha o carácter de “doutrina esotérica”.

Além disso, dada a impossibilida- de de actuar de maneira positiva no sentido de um regresso a um siste- ma normal e tradicional, e dada a impossibilidade de ordenar, no clima da sociedade, cultura e costumes modernos, a própria existência de forma *orgânica* e coerente, resta saber em que medida se podem aceitar situações de absoluta disso- lução sem se ser tocado interiormen- te por elas. Convém examinar igual- mente aquilo que na fase actual – que, em última análise, é uma fase de transição – pode ser selecciona- do, separado do resto e assumido como forma livre de comportamento não anacrónico exteriormente. Será assim possível identificar-se com o que há de mais avançado no pensa- mento e costumes contemporâneos, ainda que permanecendo interior- mente determinado e orientado por um espírito completamente diferen- te?

A fórmula “Não ir aonde se defen- de, mas sim onde se ataca”, propos- ta por alguns, poderá ser adoptada pelo grupo dos homens diferencia- dos, filhos tardios da Tradição, de que aqui tratamos. Isto significa que pode ser preferível contribuir para o derrube daquilo que já vacila e per-

“O significado das crises e dissoluções que tantas pessoas hoje deploram deve ser indicado colocando em evidência que o objecto real e directo dos pro- cessos destrutivos é a civilização e sociedade burgue- sas, que por seu turno, quando comparadas com os valores tradicionais, eram já a primeira negação do mundo que as havia precedido e que lhes era superior. Consequentemente, a crise do mundo moderno poderá eventualmente representar, segundo a expressão hege- liana, uma “negação da negação”, e, por consequência, poderá ser um fenómeno positivo.”

tence ao mundo de ontem, em vez de apoiá-lo e prolongar a sua existên- cia artificialmente. É uma tática possível, e útil para prevenir que a crise final seja obra das forças da oposição, cuja iniciativa teríamos então de suportar. O risco de tal ati- tude é evidente: é impossível saber quem terá a última palavra. Mas na época actual não há nada que não seja arriscado. Esta é, talvez, a única vantagem que oferece àqueles que se mantêm de pé.

As ideias fundamentais a reter de quanto se disse até aqui podem ser resumidas do seguinte modo:

O significado das crises e dissolu- ções que tantas pessoas hoje deplo- ram deve ser indicado colocando em evidência que o objecto real e directo dos processos destrutivos é a civiliza- ção e sociedade burguesas, que por seu turno, quando comparadas com os valores tradicionais, eram já a primeira negação do mundo que as havia precedido e que lhes era supe- rior. Consequentemente, a crise do mundo moderno poderá eventual- mente representar, segundo a expressão hegeliana, uma “negação da negação”, e, por consequência, poderá ser um fenómeno positivo. Esta dupla negação pode terminar no nada: no nada que emerge nas múltiplas formas de caos, dispersão, rebelião e “protesto” que caracteri- zam numerosas tendências das últi- mas gerações, ou neste outro nada que mal se esconde por detrás do sistema organizado da civilização material. Alternativamente, para os homens aqui em questão, poderá criar um espaço novo e livre, que poderá eventualmente representar a condição prévia de uma acção for- madora posterior.

2. O fim de um ciclo – “Cavalgar o Tigre”

Esta última ideia refere-se a uma perspectiva que, rigorosamente falando, não é a deste texto, pois não diz respeito ao comportamento inte- rior e pessoal, mas sim ao colectivo; não à realidade de hoje, mas sim a um futuro imprevisível que não deve de modo algum condicionar a condu- ta pessoal.

Trata-se da perspectiva já men- cionada anteriormente, segundo a qual a nossa época poderia ser, em última análise, uma época de transi- ção. Vamos dedicar apenas algumas palavras a este tema antes de abor- darmos o problema principal que nos interessa. O ponto de referência nes- ta matéria é fornecido pela doutrina tradicional dos ciclos da vida e pela ideia de que a época actual, com todos os seus fenómenos caracterís- ticos, corresponde à fase terminal de um ciclo.

A fórmula que escolhemos como título deste livro, “cavalgar o tigre”, pode servir de transição entre o que temos dito até aqui e esta outra ordem de ideias. Esta fórmula do extremo oriente, expressa a ideia de que se uma pessoa for capaz de cavalgar um tigre, não só evita que este a ataque como para além disso, caso se consiga manter montada, pode até acontecer que consiga dominá-lo. Recordemos, para aque- les que se interessam, que temas análogos se encontram em muitas escolas de sabedoria tradicional, como o Zen japonês (as diversas situações do homem e do touro), enquanto que na antiguidade clássi- ca encontramos um paralelo nas provas de Mitra, que se deixa arras-

tar por um touro furioso até o animal parar, sendo que Mitra mata-o então.

Este simbolismo aplica-se a vários planos. Pode, em primeiro lugar, referir-se a uma linha de conduta a seguir no plano interior, mas pode também referir-se à atitude apropriada a adoptar perante situações críticas que se manifestam no plano histórico e colectivo. Neste último caso, o que nos interessa é a relação entre este símbolo e a doutrina dos ciclos, tanto no que diz respeito à estrutura geral da história quanto ao seu aspecto particular que se refere à sucessão das “Quatro Idades”. Esta doutrina, tal como tivemos oportunidade de expor noutras ocasiões, revestiu-se de aspectos idênticos tanto no Oriente como no Ocidente.

No mundo clássico fala-se do retrocesso progressivo da humanidade, desde a Idade do Ouro até ao que Hesíodo chama a Idade de Ferro. Nos ensinamentos hindus correspondentes, a idade final é chamada de Kali Yuga (Idade das Trevas). Diz-se enfaticamente que a sua qualidade essencial é um clima de dissolução, no qual todas as forças – individuais e colectivas, materiais, psíquicas e espirituais – que anteriormente se encontravam reprimidas por uma lei superior e por influências de ordem superior, passam a um estado de liberdade e caos. Os textos tântricos oferecem uma imagem sugestiva desta situação, dizendo que é a época em que Kali está “desperta”. Kali é uma divindade feminina, símbolo das forças elementares e primordiais do mundo e da vida, mas que nos seus aspectos “inferiores” se apresenta também como deusa do sexo e dos ritos orgiásticos. “Adormecida” até agora, quer dizer, latente nestes últimos aspectos, estaria durante a “Idade das Trevas” completamente desperta e activa.

Tudo parece indicar que é precisamente esta a situação que se desenrola nestes últimos tempos, tendo por epicentro a civilização e sociedades ocidentais, a partir das quais se estendeu rapidamente ao mundo inteiro. Não é uma interpretação demasiado forçada ligar isto ao



Kali, “adormecida” até agora, estaria totalmente desperta e activa durante a “Idade das Trevas”

facto da época actual se encontrar sob o signo zodiacal do Aquário, as águas nas quais tudo permanece em estado fluído e informe. Previsões formuladas há muitos séculos atrás – pois as ideias aqui expostas remontam a uma época longínqua – revelam-se hoje singularmente actuais. Encontramos aqui uma analogia com o que já se disse a respeito do problema de qual a atitude própria da idade final, aqui associada ao cavalgar do tigre.

Com efeito, os textos que falam do Kali Yuga e da Idade das Trevas, também proclamam que as normas de vida válidas para as épocas em que as forças divinas permaneciam de certo modo vivas e actantes, devem ser consideradas obsoletas durante a última idade. Esta veria aparecer um tipo de homem essencialmente diferente, cada vez mais incapaz de seguir os antigos preceitos. Além disso, e em razão da diferença do meio histórico e mesmo planetário, estes preceitos, mesmo que seguidos, não produziram os mesmos resultados. Por este motivo, aplicam-se normas diferentes, e levanta-se a lei do segredo que cobria anteriormente algumas verdades, uma certa ética e determinados

ritos, aos quais se aplicava essa regra por causa do seu carácter perigoso e por contrariarem as formas de uma existência normal, regulada pela tradição sagrada. O significado desta convergência de pontos de vista não escapa a ninguém. Neste, como noutros pontos, as minhas ideias longe de terem um carácter pessoal e contingente, referem-se essencialmente a perspectivas já conhecidas pelo mundo da Tradição, quando foram previstas e estudadas de forma geral as situações anormais. Examinemos agora como se aplica ao mundo exterior, ao meio em geral, o princípio de cavalgar o tigre. O seu significado pode ser colocado da seguinte forma: quando um ciclo de civilização atinge o seu auge torna-se difícil alcançar qualquer resultado resistindo, opondo-se directamente às forças em movimento. A corrente é demasiado forte e qualquer um correria o risco

de ver-se arrastado. O essencial é não se deixar impressionar por aquilo que parece todo-poderoso, nem tão-pouco pelo triunfo aparente das forças da época. Privadas de qualquer ligação com um princípio superior, estas forças têm, na realidade, um campo de acção limitado. Não nos devemos, pois, fixar no presente, nem no que nos rodeia, mas manter em vista as condições susceptíveis de se apresentarem no futuro. Assim, o princípio a seguir deverá ser deixar livre curso às forças e aos processos desta época, permanecendo firme e disposto a intervir “quando o tigre, que não pode saltar sobre quem o cavalga, se cansar de correr”. O preceito cristão da não resistência ao mal poderia ter um sentido análogo, se interpretado de uma forma particular. Abandona-se a acção directa, e cada um retira-se para posições mais interiores.

A perspectiva oferecida pela doutrina das leis cíclicas está aqui implícita: quando um ciclo termina, outro começa, e o ponto culminante de um processo é também aquele onde se produz o encaminhamento na direcção oposta. No entanto, mantém-se o problema da continuidade entre um ciclo e o outro. Para recuperar

uma imagem de Hoffmansthal, a solução positiva seria a do reencontro entre os que souberam velar durante a longa noite e os que, talvez, apareçam no novo amanhecer. Infelizmente não podemos estar seguros deste desenlace: é impossível prever com certeza de que forma, e em que contexto, se poderá manifestar uma certa continuidade entre o ciclo que se aproxima do seu fim e o ciclo seguinte. Convém pois conferir à linha de conduta válida para a época actual, um carácter autónomo e um valor imanente e individual. Quero com isto dizer que a atracção de perspectivas positivas, num prazo mais ou menos curto, não deve desempenhar um papel importante. Estas podem inclusivamente permanecer completamente ausentes até ao fim do ciclo, e as possibilidades oferecidas por um novo movimento para lá do ponto zero podem dizer respeito a outros que se tenham mantido igualmente firmes, sem esperar nenhum resultado directo nem nenhuma mudança exterior.

Antes de abandonar o domínio introdutivo para abordar o nosso tema principal, será talvez útil mencionar um outro ponto particular que está igualmente relacionado com as leis cíclicas. Trata-se das relações entre a civilização ocidental e as outras civilizações, particularmente a civilização oriental. Entre aqueles que reconheceram a crise do mundo moderno e que renunciaram também a considerar a civilização moderna como a civilização por excelência, o apogeu e a bitola para qualquer outra civilização, há quem tenha voltado o seu olhar para o Oriente, onde subsiste uma orientação tradicional e espiritual da vida que, desde há muito tempo, deixou de servir ao Ocidente como base de organização efectiva dos diferentes domínios da existência. Muitos interrogaram-se também até que ponto o Oriente poderia fornecer pontos de referência úteis para uma renovação e reintegração do Ocidente. René Guenon foi o defensor mais empenhado desta tendência.

Mas é preciso ver claramente em que domínios esta proposta se poderia aplicar. Se falamos apenas de doutrinas e de contactos “intelectuais”, esta procura é legítima. Mas convém assinalar que, pelo menos em parte, podemos encontrar exem-

plos e referências claras no nosso próprio passado tradicional, sem necessidade de procurar em civilizações não europeias. Em todo o caso, pouco se ganharia. Tratar-se-ia de um intercâmbio a alto nível entre elementos isolados que cultivam sistemas metafísicos. Se, pelo contrário, se aspira a influências reais com uma repercussão importante sobre a existência, não devemos ter ilusões. O Oriente segue agora os nossos passos, cada vez mais sujeito às ideias e influências que nos levaram até ao ponto em que agora nos

“O Oriente segue agora os nossos passos, cada vez mais sujeito às ideias e influências que nos levaram até ao ponto em que agora nos encontramos, “modernizando-se” e adoptando as nossas formas de vida materialistas e seculares.”

encontramos, “modernizando-se” e adoptando as nossas formas de vida materialistas e seculares. O que ainda resta do carácter e tradições orientais está a perder terreno rapidamente e a ficar marginalizado. A liquidação do “colonialismo” e a independência material que os povos orientais estão a adquirir face à Europa é acompanhada de perto por uma cada vez mais óbvia sujeição às ideias, aos costumes e à mentalidade “avançada” e “progressiva” do Ocidente.

Com base na doutrina dos ciclos, pode ser que todas as coisas de valor do ponto de vista de um homem da Tradição, seja no Oriente ou noutro sitio qualquer, digam respeito a um legado residual que sobrevive, até certo ponto, não porque pertence a áreas verdadeiramente intocadas pelo princípio do declínio, mas apenas porque este processo se encontra aí no seu início. Para tais civilizações é apenas uma questão de tempo até se encontrarem no mesmo ponto que nós, conhecendo os mesmos problemas e os mesmos fenómenos de dissolução sob o signo do

“progresso” e da modernidade. Isto pode até ocorrer muito mais rapidamente no Oriente. Temos como exemplo a China, que em apenas duas décadas percorreu o percurso completo desde uma civilização imperial e tradicional até um regime comunista e ateu – percurso que os europeus demoraram séculos a percorrer.

Fora do círculo dos sábios e especialistas das disciplinas metafísicas, o mito do Oriente não passa de uma falácia. “O deserto cresce”: não existe civilização que possa servir-nos de apoio; devemos enfrentar os nossos problemas sozinhos. A única perspectiva, ainda que hipotética, que as leis cíclicas nos oferecem como contrapartida é esta: o processo de declínio da Idade das Trevas atingiu a sua fase terminal connosco no Ocidente, assim, não está posto de parte que sejamos também nós os primeiros a superar o ponto zero, no momento em que outras civilizações, entradas mais tardiamente na mesma corrente, se encontrem, pelo contrário num estado similar ao nosso na actualidade, depois de terem abandonado – “superado” – aquilo que ainda hoje apresentam como valores superiores e formas tradicionais de existência. O resultado seria uma inversão de papéis. O Ocidente, tendo atingido um ponto para lá do limite negativo, estaria qualificado para assumir uma nova função de liderança, muito diferente da liderança tecno-industrial e material que assumiu no passado que, ao entrar em colapso, teve como único resultado o nivelamento geral.

Estas breves indicações sobre perspectivas e problemas de ordem geral podem ter sido úteis para alguns leitores, mas não continuaremos a explorar estas matérias. Como já disse, o que aqui nos interessa é o campo da vida pessoal e, deste ponto de vista, para definir a atitude a tomar perante certas experiências e processos de hoje, de modo a obter consequências diferentes das obtidas pela maioria dos nossos contemporâneos, precisamos de estabelecer posições autónomas, independentes do que poderá ou não chegar a ocorrer no futuro.

* Primeiro capítulo do livro “Cavalgar o Tigre”.

Símbolos da Tradição

O Treze e o Eleito

Julius Evola*

Uma observação de Guénon, de capital importância para qualquer nova orientação dos estudos etnológicos e folclóricos, diz em substância que a “primitividade” e a “espontaneidade” geralmente atribuídas nas tradições populares, nos usos e costumes e nas lendas dos estratos sociais e populações mais baixos, não passam de uma fábula¹. Em tudo isto, salvo raras exceções, nada mais há que uma forma involutiva e degenerescente de elementos e significações que pertencem, na origem, a um plano mais elevado. As supostas “superstições” populares devem ser consideradas sob este ângulo. Logo na sua etimologia a palavra confirma-o: superstição significa sobrevivência, o que sobrevive e o que subsiste. As superstições populares são frequentemente os restos de concepções superiores antecedentes, doravante incompreendidas e consequentemente degradadas e que subsistem como algo de mecânico e sem alma, que continua a exercer um certo fascínio, a mobilizar forças irracionais e instintivas da fé, por uma espécie de atavismo, sem almejar fornecer uma explicação inteligível.

Pretendemos dar um exemplo simples que poderá servir de esclarecimento. Ninguém ignora as superstições populares associadas ao número treze. Elas são comuns a várias nações. O número treze tem uma natureza ambígua: tanto traz felicidade como infelicidade. O elemento negativo, a infelicidade, predomina frequentemente (e, como veremos, não é por acaso). Mas há outro aspecto: o número treze também é considerado como portador da felicidade, de tal forma que aparece amiúde nos amuletos moder-

nos, utilizados sobretudo pelo sexo fraco, em parte por brincadeira em parte porque nele se acredita. Qual é então a origem desta crença ou “superstição”?

Ao desvendar a origem primeira a maioria reagiria com estupefação pois torna-se necessário referir tradições antigas de carácter metafísico, sagrado e até imperial. O ponto de partida é o simbolismo do número doze. O “doze” é uma espécie de signo que se encontra em todos os locais onde se constituiu o centro de uma grande tradição his-

“O «doze» é uma espécie de signo que se encontra em todos os locais onde se constituiu o centro de uma grande tradição histórica do tipo «solar»”

tórica do tipo “solar”, em função de analogias precisas. Com efeito, o Zodíaco compõe-se de doze signos, que definem o circuito solar. Um ciclo completo do astro da luz compreende doze fases, marcadas pelas constelações zodiacais, às quais foram assim atribuídos outros tantos modos de ser e, noutro plano, outras tantas funções de “solaridade” nesse ciclo. É por isso que, por analogia e por vias misteriosas, as tradições que na antiguidade incarnaram na terra e na história uma função “solar” levam-nos sempre a descobrir a sigla do “doze”. Assim, o mais antigo código ariano, o das Leis de Manu, divide-se em doze partes; os grandes deuses e as anfictionias⁴ helénicas eram em número de doze, tal como os membros de numerosos colégios sacerdotais romanos (os Árvolos e os Saliãos, por exemplo, tal como

havia doze *lictors*); doze: os heróis divinos dos Ases do Mitgard da tradição nórdica, os discípulos de Lao-Tse da tradição taoísta extremo-oriental, os membros do conselho “circular” do Dalai-Lama no Tibete, os principais cavaleiros da corte do rei Artur e do Graal, os trabalhos simbólicos de Hércules, etc. Também o cristianismo reflecte a mesma ordem de ideias: doze apóstolos – *mais ainda o Décimo Terceiro*. Na reunião dos Doze o Décimo Terceiro é o que incarna o princípio solar, é portanto o centro e o chefe supremo de todos; os outros, em relação a ele, apenas correspondem a funções e aspectos derivados do ciclo solar da tradição, civilização ou religião de que nos ocupamos.

Na posse destes elementos, temos o que é necessário para compreender o número treze como número positivo, benéfico, “solar”. Como se veio a tornar, mais especificamente, o número da felicidade e, por vezes da infelicidade, resulta do que vem a seguir.

Uma tradição pode passar por uma fase obscura, decadente, de tal forma que, mesmo deixando sobreviver as formas, perde-se a força suprema que as deveria penetrar e animar. Uma das formas simbólicas mais expressivas deste estado é a reunião dos doze, à qual por vezes falta o décimo terceiro. Se nos referirmos à formulação medieval destas ideias encontramos a figuração bem interessante da távola redonda ao redor da qual têm assento os doze cavaleiros mas cujo décimo terceiro assento está vazio e tem o significativo nome de *assento perigoso*. Ninguém lá se pode sentar sem ter que afrontar uma terrível prova. Ele está reservado a um cavaleiro eleito, predestinado, melhor que os demais, cujo nome nos romances de cavalaria ora é Galahad, ora Parsifal, ora Gau-

vain. A qualificação particular deste cavaleiro concede-lhe o direito de ocupar este lugar, ou seja, de incarnar a função solar suprema e de ser o chefe dos outros doze, portanto da tradição ou da organização ou do ciclo que os reúne. Qualquer outro cavaleiro que pretenda ocupar, sem de tal ser digno, esse décimo terceiro lugar, encontraria a infelicidade; seria atingido por um raio ou a terra abrir-se-ia sob os seus pés. Mas o cavaleiro eleito, apesar desses fenômenos, ficaria incólume. Ele apresenta-se frequentemente como aquele que, ao contrário dos outros, é capaz de reparar uma espada quebrada, símbolo óbvio da decadência à qual ele vem pôr termo. Eis, assim, como se pode esclarecer o duplo significado de felicidade e infelicidade do número treze. O lado malévolo deve naturalmente prevalecer pelo simples motivo que, no plano que indicámos, é natural que a maior parte dos que ousam ocupar o décimo terceiro lugar não estejam à altura do desafio.

Julgue-se por este exemplo o que pode subsistir, de forma obtusa, nocturna, subconsciente, nas superstições populares. A força da superstição nada mais é que a automatização e a materialização daquilo que, na origem, estava ligado a significados espirituais. A Idade Média é, no Ocidente, o último período em que as tradições, como as relativas aos doze, ao treze e ao assento perigoso, conservam ainda significados deste tipo. Para apreciar a distância que existe entre elas e a sua sobrevivência supersticiosa evocaremos ainda o nosso livro: *O Mistério do Graal e a ideia imperial gibelina*. Nele ilustrámos e demonstrámos que as lendas de cavalaria, de que acabámos de



Galahad toma o assento perigoso

falar, tinham uma estreita ligação com o problema político-espiritual do império gibelino². O herói do Graal, que deveria ter restituído ao seu antigo esplendor um reino misterioso, e que se identifica com o cavaleiro eleito, capaz de, sem receio, se sentar no “assento perigoso”, o décimo terceiro lugar vazio, nada mais é que o dominador que todo o mundo gibelino esperava para pôr termo à usurpação e para a realização integral em todo o mundo do Sacro-Império Romano Germânico. Ele corresponde, assim, mais coisa menos coisa, ao misterioso *Dux* e *Veltro* de Dante³, que tinha uma relação com as tradições de que acabámos de falar bem mais forte do que se pensa normalmente, ao passo que Richard Wag-

ner falsificou, da forma mais penosa possível, o seu verdadeiro sentido.

Esta esperança, no entanto, como se sabe, foi frustrada. Após um breve culminar, tudo se desmoronou: Renascimento, Humanismo, Reforma, crescimento anárquico e violento das nações, absolutismo e finalmente revolução e democracia. Podemos pensar a que ponto hoje em dia o décimo terceiro lugar está vazio. O símbolo que encerra corresponde rigorosamente ao daquele, bem conhecido, do imperador gibelino imortal, que dorme um sono secular e que espera que “chegue a era” para despertar e combater, à cabeça daqueles que o não esqueceram e que lhe permaneceram fiéis, a derradeira batalha.

* Publicado em *Il Regime Fascista*, 9 de Agosto de 1939.

1. R. Guénon, *Le Saint Graal*, em *Le Voile d'Isis*, número de Fevereiro-Março de 1934. «A própria concepção do folclore, tal como a entendemos habitualmente, repousa numa ideia radicalmente falsa, a ideia de que existem “criações populares”, produtos espontâneos da massa popular (...). O que pode ser popular é unicamente o facto da sobrevivência quando esses elementos pertencem a formas tradicionais desaparecidas. (...) O povo conserva assim, sem os compreender, os destroços das antigas tradições, que remontam por vezes a um passado de tal forma longínquo que seria impossível determiná-lo e que nos contentamos, por esse motivo, em remeter para o domínio obscuro da “pré-história”; ele preenche, assim, a função de uma espécie de memória colectiva mais ou menos “subconsciente”, cujo conteúdo provém manifestamente de outra origem.»

2. Gibelinos (partidários dos imperadores germânicos) e guelfos (partidários do Papa): facções na aparência políticas que dividiram a Itália durante os séculos XII a XV.

3. *Veltro* = galgo, animal simbólico que figura no *Inferno* de Dante (I, 100-111), assimilado a um imperador que deverá ser o libertador da Itália.

4. Anficionia: associação ou confederação religiosa de comunidades gregas que viviam perto de um santuário, do qual também detinham a responsabilidade. (N. do T.)

Doutrina

Virilidade Espiritual - Máximas Clássicas

Julius Evola*

Agora vamos ver, de forma breve, como a atitude definida antes de afirmação e de organização interior virilmente assumida se integra e se clarifica com elementos de libertação ascética.

“No que diz respeito ao medo, é totalmente suprimido. A Alma não tem nada a temer. Quem está sujeito ao temor não alcançou ainda a perfeição da 'Virtus'; é um medíocre. No homem superior (o spoudaios) as impressões não se apresentam como nos outros (os medíocres). Não alcançam até o interior (da alma). Que haja sofrimento pouco importa. A Luz que está neste homem perdurará como a luz de um farol que emerge entre os torvelinhos do vento e da tempestade. Dono de si mesmo nestas circunstâncias (o homem superior) decidirá o que convém fazer. Está em seu espírito (o “Nous” grego) actuar” (Plotino).

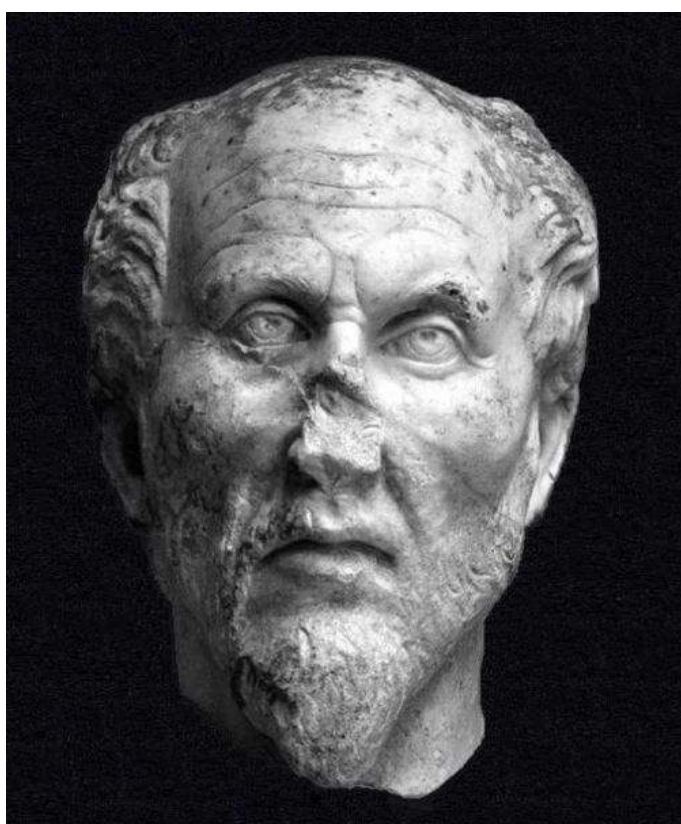
Plotino admite que o homem superior possa, ocasionalmente, ter movimentos involuntários e irreflectidos de medo. Mas são, poderíamos dizer, como movimentos que são alheios e que se produzem apenas porque o espírito está ausente neste momento. Basta que “volte a si” para fazê-los desaparecer.

A destruição do “medo” é um princípio de ascese a ser seguido não somente no plano humano mas igualmente também no do mundo superior.

O chamado temor de Deus era verdadeiramente uma “virtude”

completamente desconhecida em nossa mais alta humanidade tradicional do Oriente e Ocidente.

Seja frente às forças inferiores ou às forças “divinas”, o homem asceticamente integrado e imperturbável é inacessível a movimen-



tos irracionais da alma: desespero ou terror.

Não foi mais que na alma das mulherzinhas da plebe imperial que as novas crenças puderam ter acesso apoiando-se em visões de terrorismo apocalíptico e de salvação gratuita. O sofrimento, para quem se aproxima da completa realização de si mesmo poderá, no máximo, provocar a separação de uma parte do espírito ainda sujeito, em sua humanidade, ao sofrimento mas não a queda de um princípio superior. Este último, diz Plotino, “decidirá o que convém fazer”.

Caso necessário, poderá chegar

até mesmo a tirar a própria vida. Mas que não se perca de vista que segundo a concepção a que se refere Plotino, todo ser pré-existente, neste sentido, escolheu ele mesmo nascer neste mundo onde cada homem, ainda que não recorde, é como um actor que actua num papel ora obscuro, ora resplandecente, mas sempre o papel que escolheu.

“Por que desprezar o mundo no qual vos encontráis por vossa própria vontade? Se não vos convém, sempre podereis abandoná-lo”. Tal é a austera resposta de Plotino a algumas escolas gnósticas cristãs que queriam ver no mundo um vale de lágrimas e um lugar de miséria. Tal como já comentamos ao referirmo-nos a uma máxima precedente, o espírito – o “Nous” – do homem pode definir-se como princípio do “ser”: é uma luz do intelecto, puro e dominador, a forma suprema da unidade no homem, frente à qual a “Alma” – a “psyche” grega – aparece já como algo exterior e

material.

A vida quotidiana raramente compromete este princípio profundo. No máximo, desliza sobre ele sem roçá-lo. Porém, neste caso, em cada acção, mais que ser verdadeiramente nós mesmos, seria um “demónio” que actuará?

“Demónio” não deve ser compreendido aqui no sentido cristão de entidade maléfica mas sim no sentido clássico, de um ser irracional, infra-pessoal, de uma força psíquica obscura.

Plotino diz justamente que tudo que nos acontece sem ser o resultado de nossa exacta deliberação

une ao nosso elemento “divino” um elemento “demoníaco”.

Veremos agora como Plotino destaca a condição oposta própria ao estado interior de um homem integrado.

“Neste ponto, o porquê de um ser não existe como um porquê mas sim como um ser. Melhor, ambas as coisas não são mais que uma” (quer dizer, não existe justificação exterior e de tipo intelectual para a acção; a acção está imediatamente ligada a um significado seu). *Que cada uma seja ele mesmo. Que nossos pensamentos e nossas acções sejam os nossos. Que as acções de cada um lhe pertençam. E isto, sejam boas ou más. Quando a alma tem o intelecto puro e impassível como guia, a plena disposição de si mesmo, então, dirige seu impulso para onde quer. Só então nosso acto é verdadeiramente nosso, e de ninguém mais, procedendo do interior da alma como de uma [fonte de] pureza e de um princípio puro e dominador e soberano e não do efeito da ignorância e do desejo, pois, então seria a passividade e não a acção o que actuaría em nós*. (Plotino).

Destas máximas surge então claramente o princípio de uma auto-responsabilidade transcendente. O homem superior assume tudo o que é, o “quer”, o justifica em referência ao princípio segundo o qual sua natureza é sobrenatural e soberana.

E se pode desejar uma “libertação” mais alta, não há outro meio de alcançá-la que elevar-se mais além do mundo da corporalidade.

“As sensações (animais) como visões de uma alma adormecida. Na alma, tudo o que procede do estado corporal está adormecido. Sair da corporalidade; tal é o verdadeiro despertar. Mudar de existên-

cia passando de um corpo a outro equivale a passar de um sonho a outro, de uma cama a outra. Despertar-se verdadeiramente é abandonar o mundo dos corpos.” (Plotino)

Da mesma maneira que explicamos antes, a materialidade é uma espécie de estado de delinquência do espírito.

Segundo a visão clássica, toda realidade sensível não é mais que uma pálida imitação e, por assim dizer, a exteriorização de um mundo de potências viventes.

Sair do corpo e abandonar o mundo dos corpos não deve ser compreendido em um sentido material mas apenas espacial: não é exactamente uma alma que “sai” de um corpo morto, mas antes o contrário da reintegração total do que já havíamos definido como “natureza intelectual sem sonho”. Tal é a verdadeira realização iniciática e metafísica, ligada ao mais alto ideal da humanidade clássica.

Com rara percepção, Plotino assimila o facto de mudar de corpo com o facto de passar de uma cama a outra. A consistência da doutrina da “reencarnação” não poderia ser melhor estigmatizada. No “ciclo dos nascimentos”, quer dizer, na sucessão, a mutação e a morte das formas de existência condicionada, cada uma destas formas é, no fundo, de um ponto de vista absoluto, equivalente com a outra.

A realização metafísica, coroação de uma existência humana virilmente conduzida e fortificada pela ascese é, poderíamos dizer, uma “ruptura” nas séries de estados condicionados: uma [repentina] abertura em outra direcção: transcendência “perpendicular”.

Não se chega a isso seguindo a ordem das coisas do “devir”, mas

sim, ao contrário, através de um caminho de “introversão”, quer dizer, interior, de extrema concentração de todo poder e toda luz, do que procede a integração metafísica do “eu”, quer dizer, a efectiva imortalidade da personalidade.

Dela, diz Plotino: *“E agora, debes procurar em ti mesmo, fazer-te um com o que tens para contemplar, sabendo que o que tens para contemplar és tu mesmo. E que és teu. Quase como aquele que estaria invadido pelo deus Apolo ou por uma Musa, veria brilhar em si mesmo a claridade divina se tivesse tido tempo de contemplar em si mesmo esta divina luz.”*

No estado de suprema auto-consciência, se dissipa a própria aparência de estranhamento de que as forças divinas em sua grandeza podem se revestir, para o olhar dos limites da vida psíquica ordinária. Estas forças aparecem como poderes desta mesma alma glorificada.

Assim, terminamos nossa evocação da espiritualidade viril de um dos nossos maiores Mestres de Vida. Nos sentiremos amplamente recompensados por este trabalho se conseguirmos despertar em nossos leitores a ideia de que não estivemos tratando de filosofia abstracta ou de um tipo particular de moral ou menos ainda de visões de um mundo na realidade desaparecido ou “superado”, mas sim de algo vivo, cujo valor não é de ontem ou de amanhã, mas de sempre e que se encontra em todas as partes onde o homem logre despertar esta dignidade superior sem que a existência seja algo obscuro e desprovido de valor.

* Conclusão do artigo publicado no número anterior.

Todos os números anteriores do Boletim Evoliano estão disponíveis gratuitamente na Internet (www.boletimevoliano.pt.vu). Os interessados em obter cópias em papel devem contactar a Legião Vertical através do seguinte e-mail: legiaovertical@gmail.com.

HONOR ET FIDES

